

**Universidades Lusíada**

Galito, Maria Miguel Sousa, 1977-

**Deputadas do Estado Novo Português**

<http://hdl.handle.net/11067/8103>

<https://doi.org/10.34628/M2Q5-RR81>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2025

**Resumo**

O Estado Novo foi o primeiro regime português a abrir as portas do Parlamento às mulheres (Adão e Remédios, 2005: 88). No nosso país, não foram os monárquicos constitucionais ou os democratas da I República, mas sim os conservadores liderados por António de Oliveira Salazar, quem primeiro garantiram a participação das mulheres no jogo político. Este artigo contextualiza resumidamente o período histórico antes de apresentar uma biografia das vinte e duas deputadas que entraram na Assembleia Nac...

The Estado Novo was the first Portuguese regime to open the doors of parliament to women (Adão and Remédios, 2005: 88). In Portugal, it wasn't the constitutional monarchists or the democrats of the First Republic, but the conservatives led by António de Oliveira Salazar, who first ensured women's participation in the political game. This article briefly contextualizes the historical period before presenting a biography of the twenty-two female deputies who entered the National Assembly on the ...

**Editor**

Universidade Lusíada Editora

**Tipo**

article

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FCHS] LPIS, n. 30 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:36:04Z com informação proveniente do Repositório

# DEPUTADAS DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

## DEPUTIES OF THE NEW PORTUGUESE STATE

**Maria Sousa Galito**

Professora Auxiliar da Universidade Lusíada

Orcid: 0000-00001-9590-7278

DOI: <https://doi.org/10.34628/M2Q5-RR81>

*Data de submissão / Submission date: 24.04.2025*

*Data de aprovação / Acceptance date: 31.05.2025*



**Resumo:** O Estado Novo foi o primeiro regime português a abrir as portas do Parlamento às mulheres (Adão e Remédios, 2005: 88). No nosso país, não foram os monárquicos constitucionais ou os democratas da I República, mas sim os conservadores liderados por António de Oliveira Salazar, quem primeiro garantiram a participação das mulheres no jogo político.

Este artigo contextualiza resumidamente o período histórico antes de apresentar uma biografia das vinte e duas deputadas que entraram na Assembleia Nacional nas listas do Estado Novo, no tempo de Salazar e depois de Marcelo Caetano.

Para ajudar a fundamentar o tema em debate, consultaram-se fontes estatísticas e artigos científicos de reconhecidos especialistas na matéria.

**Palavras-chave:** Deputadas; Mulheres; Estado Novo; II República; Portugal.

**Abstract:** The Estado Novo was the first Portuguese regime to open the doors of parliament to women (Adão and Remédios, 2005: 88). In Portugal, it wasn't the constitutional monarchists or the democrats of the First Republic, but the conservatives led by António de Oliveira Salazar, who first ensured women's participation in the political game.

This article briefly contextualizes the historical period before presenting a biography of the twenty-two female deputies who entered the National Assembly on the Estado Novo lists, during the time of Salazar and then Marcelo Caetano.

Statistical sources, as well as experts on the subject, have been consulted to help substantiate the topic under discussion.

**Keywords:** Deputies; Women; New State; Second Republic; Portugal.



## **Introdução**

Este artigo de investigação procura analisar o tema das mulheres na política portuguesa, incidindo sobre o estudo biográfico das vinte e duas deputadas da II República.

Para o levar a efeito, propõe-se a divisão dos argumentos ao longo de três capítulos.

Primeiro, apresenta-se o cenário que precede à entrada das primeiras deputadas na Assembleia Nacional do Estado Novo, fazendo referência à batalha jurídica de Carolina Beatriz Ângelo, com a ajuda de Ana de Castro Osório, a favor do reconhecimento do seu direito de voto nas eleições de 1911.

Depois apresentam-se as primeiras três mulheres a integrarem a Assembleia Nacional do Estado Novo, entre 1935 e 1938. As suas habilitações extraordinárias conferem-lhes protagonismo e um capítulo foi escrito só sobre elas. Também se considerou relevante averiguar o perfil específico de Domitila Carvalho, Maria Guardiolá e Maria Cândida Parreira, para a hipótese das suas biografias possuírem características específicas que as outras deputadas, que entraram mais tarde, teriam ou não.

Finalmente, o terceiro capítulo traça perfis das outras dezanove deputadas, que entraram para a Assembleia Nacional entre 1935-1974, da I até à XI Legislaturas, sem esquecer que a derradeira sessão foi interrompida pela Revolução dos Cravos que contribuiu para a queda de Marcelo Caetano e, mais tarde, para a desintegração do Império Ultramarino.

## **Capítulo 1: Antecedentes**

Portugal ratificou a sua primeira Constituição em 1822. Mas a República só foi proclamada a 5 de outubro de 1910. Com o exílio

do último rei, D. Manuel II (que apenas reinou vinte meses após o assassinato do rei D. Carlos I e do Príncipe Real Luís Filipe), os revolucionários tinham a expectativa de seguir um caminho mais democrático do que aquele que existia no período monárquico constitucional. Mas o Regicídio foi demasiado abrupto, sangrento e traumático para a população portuguesa, a qual parecia ter dificuldades em ajustar-se ao novo modelo, liberal mas populista e instável politicamente<sup>1</sup> “por incúria ou falta de preparação dos políticos”<sup>2</sup>, ao ponto de “ser complacente” com o contragolpe de 1926<sup>3</sup>.

De facto, ao contrário de velar pelos velhos valores republicanos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a I República defraudou as expectativas e «(...) esmagado por entre a pressão sindical e o poder do grande capital, as fracas classes médias urbanas encontraram no Salazarismo um compromisso conservador que a troca das liberdades típicas do liberalismo que, de qualquer das formas a instabilidade dos regimes anteriores não tinha permitido potenciar, lhes fornecerá um quadro de vida estável e previsível dentro dos condicionamentos conhecidos.» (Candeias, 2003: 163).

Neste contexto surgem duas heroínas: Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo.

Ana de Castro Osório nasceu em Mangualde, a 18 de junho de 1872 e faleceu em Setúbal, a 23 de março de 1935. Era republicana e ativista dos direitos das mulheres. Foi jornalista e escritora. Pertencia à Maçonaria e era membro do Grande Oriente Lusitano. Em 1907 foi uma das fundadoras do Grupo Português de estudos Feministas. Em 1909, entrou para a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Em 1912 ajudou a criar a primeira organização sufra-

<sup>1</sup> A I República: «(...) não renegará a sua origem liberal, mas será fortemente marcada por um discurso e prática populista, bem ancorada nas suas bases sociais naturais, constituída pelas classes médias e média-baixa urbanas.» (Candeias, 2003: 162).

<sup>2</sup> «(...) 1910 a 1926, constituiu uma espécie de «última oportunidade» que foi desperdiçada por incúria e falta de preparação dos políticos da República, entrando-se assim inevitavelmente numa zona de sombra, longa na sua duração e triste nas memórias (...)» (Candeias, 2003: 177)

<sup>3</sup> A I República Portuguesa: «(...) foi um regime que nascendo de forma violenta, por meio de um golpe de estado ou de uma revolução, conforme as opiniões, pôs fim a uma monarquia instaurada em 1143. Sabemos também que durou um pouco menos de dezasseis anos, de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926, quando uma parte do exército português, perante a complacência da maioria da população lhe pôs um término.» (Candeias, 2003: 161)

gista do país, a Associação de propaganda Feminista. Colaborou na elaboração da lei do divórcio de 1910. Mas acompanhou o marido, quando foi nomeado Cônsul em São Paulo, e viveu no Brasil entre 1911 e 1916 (Sibila, 2021).

O pai de Ana de Castro Osório era juiz e autorizou que Carolina Beatriz Ângelo fosse a primeira mulher a votar nas eleições portuguesas de 1911<sup>4</sup>. De facto, Carolina era uma republicana e sufragista, com habilitações médicas, que resolveu exercer o seu direito de voto quando ficou viúva, aproveitou-se da lei eleitoral da época, que não identificava o sexo do votante, desde que este fosse chefe de família, para recorrer a tribunal e, depois de vencer o processo, entrar para a História de Portugal. Infelizmente, Carolina morreu quatro meses após votar. A lei foi subsequentemente alterada.

Em 1931, juridicamente passou a ser possível às mulheres votarem, desde que fossem chefes de família. Mas só depois do 25 de abril de 1974, é que o Decreto-lei 621-A, de 15 de novembro, no seu artigo 1.º, N.º 1, estabelece o sufrágio universal<sup>5</sup>.

## Capítulo 2: Primeiras Deputadas

Em resposta à instabilidade política que grassou entre 1910 e 1926, o Golpe Militar de 1926 instaura um regime autoritário, levando ao poder o ditador António de Oliveira Salazar. Seguiu-se a elaboração de uma nova Constituição.

A Constituição de 1933 determinava, no seu artigo 91º, que a Assembleia Nacional era composta por noventa deputados eleitos em lista única, por sufrágio direto, com mandatos de quatro anos. «Quer isto dizer que não eram permitidos candidatos a deputados pela oposição e que os eleitos não representavam qualquer círculo

<sup>4</sup> «O facto de uma mulher ter votado nas primeiras eleições republicanas (1911), porque reivindicou a sua inscrição nos cadernos eleitorais, valendo-se da condição de viúva e chefe de família e aproveitando um quadro legal que não especificava o sexo dos eleitores, não significa que os republicanos [da I República] nos tenham concedido tal direito às mulheres. (...) esta luta sufragista, plural nas suas manifestações, não será atendida por qualquer um dos governos da 1.ª República » (Adão e Remédios, 2005: 87-88)

<sup>5</sup> «São eleitores da Assembleia Constituinte os cidadãos portugueses de ambos os sexos, maiores de 18 anos, completados até 28 de Fevereiro de 1975, residentes no território eleitoral ou nos territórios ultramarinos ainda sob administração portuguesa, assim como os aí não residentes indicados no presente diploma.» (Diário da República, 1974)

eleitoral. As sessões legislativas duravam três meses e não havia comissões parlamentares permanentes e especializadas.» (Braga, 2014: 2)

À Assembleia Nacional competia, nomeadamente: «1º Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revoga-las. 2º Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das Leis.» e no seu artigo 85º, especificava que era constituída por noventa deputados eleitos para mandato de quatro anos, através de sufrágio direto. (Constituição, 1933)

No rescaldo das eleições em Portugal de 16 de dezembro de 1934, entraram três mulheres para a Assembleia Nacional do Estado Novo. «O ano de 1935 constitui-se como um marco decisivo na história da participação feminina na atividade política, pois neste ano foram eleitas as primeiras mulheres deputadas na história de Portugal.» (Fontes e Coelho, 2020: 78)

Não houve nenhuma deputada durante a Monarquia Constitucional (1822-1910), nem durante a I República (1910-1926)<sup>6</sup>. O Estado Novo teve 22 deputadas entre 1935 e 1974. Foi o regime de Salazar que primeiro convidou as portuguesas a entrar na Assembleia Nacional<sup>7</sup> e no jogo político. Nas palavras da futura deputada Maria Cândida Parreira, durante a campanha eleitoral de 1934:

«Salazar pressentiu que para tal combate [contra a desmoralização] seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! (...) a Mulher Portuguesa! Salazar não hesita (...). Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional (...). A política é só para os homens, dizem. Porquê? Só se é por ela ser feminina, já que tantos por ela se apaixonam. A política tem muitas afinidades com a mulher: diplomata, subtil (...). O auxílio da mulher tornava-se mais que

---

<sup>6</sup> «Mas, parece-nos ainda mais relevante fazê-lo ao tratar-se da primeira vez que as mulheres vão participar nos debates parlamentares, cuja história portuguesa remonta às primeiras décadas do século XIX. O *silêncio* das mulheres durante a Monarquia Constitucional e durante a 1.ª República ultrapassa as fronteiras da intervenção parlamentar e assume a forma de excluir a possibilidade de escolherem quem as represente. Contraditoriamente, tornam-se agora, com o regime do Estado Novo, elegíveis e também eleitoras.» (Adão e Remédios, 2005: 87)

<sup>7</sup> «(...) ao contrário do que seria expectável, não foi o regime democrático, durante a 1.ª República, que integrou a mulher na esfera política, negando-lhe a possibilidade de votar e de ser eleita, tendo sido o regime de Salazar que lhe abriu estas portas (...)» (Fontes e Coelho, 2020: 79).

necessário, tornava-se indispensável.» (Maria Cândida Parreira *apud* Adão e Remédios, 2005: 90-91)

As primeiras deputadas do Parlamento Português foram três. A Tabela 1 resume informação sobre elas, referindo nome, formação e período em funções na Assembleia Nacional.

**Tabela 1:** Primeiras Deputadas do Parlamento Português

| Nome da Deputada                            | Período em funções | Ensino Superior                                       |
|---------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------|
| Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho     | 1935 a 1942        | Matemática (1894); Filosofia (1895) e Medicina (1904) |
| Maria Baptista dos Santos Guardiola         | 1935 a 1953        | Direito (1919)                                        |
| Maria Cândida Bragança de Oliveira Parreira | 1935 a 1938        | Matemática (1921)                                     |

Fonte: Fauré (2004: 615) e Sousa Galito (2018: 24)

Segue-se um pequeno resumo biográfico das primeiras três deputadas portuguesas que integraram listas da Assembleia Nacional da II República, durante a batuta de António de Oliveira Salazar, o Presidente do Conselho de Ministros que defendia um regime político conservador e imperialista, baseado em três pilares: *Deus, Pátria e Família*.

### **Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho**

Nasceu em Travanca, Santa Maria da Feira, a 10 de abril de 1871. Morreu em Lisboa a 11 de novembro de 1966. Era filha de Margarida Miranda de Carvalho e de Manuel Rodrigues de Carvalho, um professor de instrução primária. Frequentou os Liceus de Castelo Branco, de Bragança e de Leiria. Terminou o curso liceal em 1891. (Braga da Cruz e Costa Pinto, 2005: 363-365)

Foi a primeira mulher a estudar num instituto superior em Portugal, mais concretamente na Universidade de Coimbra, na qual ingressou em outubro de 1891, com apoio da então Rainha D. Amélia, a convite do Reitor e com autorização do Ministro da Instrução Pública e de Belas Artes, o Dr. João Arroio. Concluiu com distinção

as licenciaturas em Matemática (1894), Filosofia (1895) e Medicina (1904). Recebeu subsídios da Sociedade Filantrópica Académica e recebeu vários prémios escolares. Não casou, nem teve filhos.

Trabalhou como médica na Assistência Nacional aos Tuberculosos. Possuía consultório no Rossio, em Lisboa, onde exerceu clínica geral. Mas dedicou-se sobretudo ao ensino.

A 26 de junho de 1911, fez parte de uma comissão para a reforma do ensino secundário, a qual deixou de existir a 17 de dezembro de 1915, num período de agitação social (Pessoa: 2005: 80).

Foi professora de Matemática, de Português, e de Higiene no “Liceu D. Maria Pia”, o primeiro liceu feminino de Lisboa. Após a implementação da República, o referido estabelecimento de ensino mudou de nome, passando a ser “Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho” onde lecionou Matemática e ascendeu ao cargo de Reitora.

Era uma poetisa. Colaborou com jornais e revistas. Escreveu uma biografia de Maria Amália Vaz de Carvalho (1930); e alguns livros, tais como “Terra de Amores” (1924) e “Para o Alto” (1957). Foi agraciada, em 1931, com o grau de Comendador da Ordem da Instituição Pública.

Era apoiante de Sidónio Pais (Pimentel e Esteves, 2003: 292-293). Foi amiga da rainha D. Amélia, continuando a corresponder-se com ela após o seu exílio. Apesar de monárquica, participou civicamente na Assembleia Nacional, enquanto deputada. Neste contexto, talvez melhor se compreenda por que ela era contra uma escola pública laica (Adão e Remédios, 2005: 95) ao contrário do que é costume entre os republicanos. Era uma Católica fervorosa e praticante. Considerava “a obra de justiça social do Estado novo se inspira na doutrina eclesiástica”<sup>8</sup> e era uma acérrima defensora dos valores de “Deus, Pátria e Família” do regime de Salazar.

---

<sup>8</sup>. Domitila de Carvalho «(...) defende as apostas governamentais em matéria de justiça social, argumentando que as mesmas estão impregnadas do sentido autenticamente cristão de apoio aos mais necessitados – “a piedade cristã”. Elogia o Governo por assumir a caridade não só numa dimensão material, mas essencialmente por valorizá-la do ponto de vista moral (...) refere que a obra de justiça social do Estado Novo se inspira na doutrina eclesiástica, nomeadamente nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, melhorando-se o ambiente familiar com a reparação da fome e apaziguando-se a luta de classes com a paz gerada pela concertação social e alimentando-se nos necessitados o sentimento de gratidão. Ao defender a proposta das Casas dos Pescadores, de um ponto de vista axiológico, a deputada inscreve esta obra de justiça social no sentimento de piedade cristão.» (Adão e Remédios, 2005: 93)

Foi deputada do Estado Novo, na I Legislatura (1935-1938) e na II Legislatura (1938-1941). O que significa que era sexagenária quando primeiro foi eleita. As suas principais intervenções e temas que discutiu, nas respetivas sessões plenárias, constam em Anexo, na Tabela A2.

### **Maria Baptista dos Santos Guardiola**

Nasceu em Bragança a 15 de janeiro de 1895 e faleceu em Lisboa a 27 de setembro de 1987. Filha de António Augusto dos Santos Guardiola, um funcionário público. A mãe, Maximina Rosa de Mendonça, era doméstica.

Em 1919, licenciou-se em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Foi docente e reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. Foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.

Foi Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina e sua líder durante três décadas. Chegou a convocar representantes da imprensa para os informar sobre a organização da sua instituição, como propaganda do regime<sup>9</sup>.

Foi vice-Presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Recebeu como distinções a Grã-Cruz da Ordem da Instituição Pública. Recebeu o grau de Comendador da Ordem da Instituição Pública. Foi Grande-Oficial da Ordem da Instituição Pública.

Não casou, nem teve filhos.

Entrou para a Assembleia Nacional por volta dos quarenta anos de idade e, das três primeiras deputadas portuguesas, foi a que lá permaneceu mais tempo em atividade. Participou das se-

<sup>9</sup> «A Comissária da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Guardiola, convocou os representantes da imprensa para os informar sobre alguns dos aspetos mais importantes do plano de trabalhos da organização. Neste artigo [Diário da Manhã, n.º 5854, de 27 de agosto de 1947], a comissária informou, em primeiro lugar, o funcionamento das nove colónias de férias: três de campo e as restantes de mar. A Mocidade Portuguesa Feminina desejava ampliar a todas as camadas sociais a sua atividade e pretendeu começar pelas camadas mais necessitadas de apoio e orientação. Através da Escola Primária, das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, a Mocidade Portuguesa Feminina alcançaria os seus objetivos e demonstraria aos mais cétricos a sua capacidade de realização e o poder da sua força de transformação educativa. Através da reforma do ensino liceal que estava a ser trabalhada, era esperado que a organização não fosse esquecida e que, tanto no setor masculino como feminino, ficasse em condições de abranger todos os setores da juventude portuguesa, não considerando que o alargamento da atividade da Mocidade Portuguesa tornasse prescindível a colaboração ativa da própria escola.» (Rodrigues de Sousa, 2019: 93)

guintes Legislaturas: I, II, III e V (cf. Tabela 2, 3ª coluna). As suas principais intervenções e temas que discutiu, nas respetivas sessões plenárias, constam em Anexo, na Tabela A3.

Ao contrário da sua colega Domitila de Carvalho, entende que o ensino público não tem de ser católico. Ainda assim, entende que considera que a escola deve lecionar virtudes cívicas e morais<sup>10</sup>, bem como conteúdos programáticos que promovam o interesse e a união nacionais<sup>11</sup>.

### **Maria Cândida Bragança de Oliveira Parreira**

Nasceu em Lisboa a 16 de janeiro de 1877 e morreu na capital a 28 de junho de 1942.

Licenciou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Não casou, nem teve filhos.

Era nacionalista<sup>12</sup> e defendia reformas contra a crise de caráter que, no seu entender, grassara em Portugal durante a I República. Preocupou-se com questões de pendor social e defendeu-as com base nos seus conhecimentos de advocacia.

Tinha 58 anos quando foi eleita e participou na Assembleia Nacional, enquanto deputada, durante a I Legislatura do Estado Novo (1935-1938). As suas principais intervenções e temas que discutiu, nas respetivas sessões plenárias, constam em Anexo, na Tabela A1.

Também foi poetisa. Escreveu no jornal “O Azeitonense”. Colaborou com Madalena Patrício e o maestro João Vasconcelos numa peça intitulada “O sarau dos Românticos”, encenada no Teatro Politeama em 1916.

---

<sup>10</sup> «O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.» (Maria Batista Guardiola *apud* Adão e Remédios, 2005: 94)

<sup>11</sup> Os objetivos da escola são: «Formar homens e portugueses no mais levantado e nobre sentido destas palavras, promover a unidade moral da Nação, o aperfeiçoamento dos costumes e a disciplina social (...)» (Maria Batista Guardiola *apud* Adão e Remédios, 2005: 96-97)

<sup>12</sup> «Ser nacionalista é dar-se incondicionalmente à sua Pátria, e dar-se à sua Pátria não é só pelejar por ela, mas principalmente procurar engrandecê-la por todas as formas, mantendo os princípios da autoridade, do respeito e da justiça; é procurar contribuir, cada um dentro da sua esfera de ação, para a satisfação do bem geral. Ser nacionalista é evoluir constante e permanentemente, no sentido de atingir uma perfeição maior, com o fim de alcançar maior prosperidade para a Nação, e, por consequência, maior felicidade para a grei.» (Maria Cândida Parreira *apud* Adão e Remédios, 2005: 97)

### Capítulo 3: Deputadas do Estado Novo

A Constituição de 1933 previa 90 deputados. Mas a revisão constitucional de 1945 aumentou o número de parlamentares para 120. «(...) em teoria foram a partir de então possíveis listas da oposição (...) e passaram a existir comissões parlamentares.» (Braga, 2014: 2)

Com base na revisão constitucional de 1959, a Assembleia Nacional passou a integrar 130 deputados. Em 1971, numa derradeira revisão do texto que seria substituído após a Revolução dos Cravos de 1974, o país passou a ter 150 parlamentares.

**Tabela 2: Legislaturas Portuguesas**

| Legislatura | I                                       |                                                                                | II                         |                           |
|-------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------|
|             | <i>Assembleia Nacional Constituinte</i> | <i>Senado da República<br/>Congresso da República<br/>Câmara dos Deputados</i> | <i>Assembleia Nacional</i> | <i>Câmara Corporativa</i> |
| I           | 1911                                    | 1911/1915                                                                      | 1935/1938                  |                           |
| II          |                                         | 1915/1917                                                                      | 1938/1942                  |                           |
| III         |                                         | 1918                                                                           | 1942/1945                  |                           |
| IV          |                                         | 1919/1921                                                                      | 1945/1949                  |                           |
| V           |                                         | 1921                                                                           | 1949/1953                  |                           |
| VI          |                                         | 1922/1925                                                                      | 1953/1957                  | 1953/1957                 |
| VII         |                                         | 1925/1926                                                                      | 1957/1961                  | 1957/1961                 |
| VIII        |                                         |                                                                                | 1961/1965                  | 1961/1965                 |
| IX          |                                         |                                                                                | 1965/1969                  | 1965/1969                 |
| X           |                                         |                                                                                | 1969/1973                  | 1970/1972                 |
| XI          |                                         |                                                                                | 1973/1974                  | 1973/1974                 |

Fonte: Sousa Galito (2018)

Entre 1935 e 1938, 3,3% dos deputados da Assembleia Nacional do Estado Novo eram mulheres, conforme é possível constatar na Tabela 3. Essa percentagem desceu para 2,2% entre 1942 e 1945; e

tornou a diminuir para 1,7% entre 1945 e 1961.

A percentagem de parlamentares portuguesas subiu depois para 2,3% entre 1961 e 1965; e tornou a aumentar para 3,1% entre 1965 e 1973. Paradoxalmente, atingiu a percentagem mais elevada na Legislativa antes da queda do governo de Marcelo Caetano a 25 de Abril de 1974, pois as mulheres já representavam 6,1% do total de eleitos entre 1973 e a Revolução dos Cravos.

**Tabela 3:** Percentagem de Mulheres eleitas durante o Estado Novo

| Ano  | Lugares | Homens | Mulheres | %    |
|------|---------|--------|----------|------|
| 1934 | 90      | 87     | 3        | 3,3% |
| 1938 | 90      | 87     | 3        | 3,3% |
| 1942 | 90      | 88     | 2        | 2,2% |
| 1945 | 120     | 118    | 2        | 1,7% |
| 1949 | 120     | 118    | 2        | 1,7% |
| 1953 | 120     | 118    | 2        | 1,7% |
| 1957 | 120     | 118    | 2        | 1,7% |
| 1961 | 130     | 127    | 3        | 2,3% |
| 1965 | 130     | 126    | 4        | 3,1% |
| 1969 | 130     | 126    | 4        | 3,1% |
| 1973 | 148     | 139    | 9        | 6,1% |

Fonte: Vargas (2000: 59)

As primeiras deputadas, eleitas durante o Estado Novo, eram burguesas e instruídas, pois foram das primeiras mulheres a obter uma Licenciatura em Portugal. Em 1930, no início do Estado Novo, quase três quartos da população feminina era analfabeta<sup>13</sup> ou abandonava o ensino primário antes de ter aprendido o básico<sup>14</sup>. Uma

<sup>13</sup> «Em 1930, quase três quartos da população feminina e cerca de metade da população masculina com mais de 7 anos não sabia ler e escrever. Os liceus não forneciam uma educação especificamente feminina e, para responder a alguma procura crescente de escolarização, houve quem canalizasse muitas das jovens para as Escolas do Magistério Primário e para o ensino técnico feminino.» (Rodrigues de Sousa, 2019: 21)

<sup>14</sup> «Em primeiro lugar, procuremos delinear o perfil da deputada portuguesa nesta primeira fase do Estado Novo. Somos confrontadas com quatro mulheres que se demarcam nitidamente da maioria do feminino português

minoría terminava o curso dos liceus e raras vezes frequentava o ensino superior.

A Tabela 4 fornece estatísticas sobre a evolução do número de mulheres no ensino superior durante o Estado Novo, entre as décadas de trinta e de sessenta, o que espelha uma franca evolução positiva.

**Tabela 4:** Número de Alunos no Ensino Superior Oficial

| Anos | Tipo de Ensino | Homens       | Mulheres    | Total        |
|------|----------------|--------------|-------------|--------------|
| 1930 | Universitário  |              |             | 6705         |
|      | Outro          |              |             | 332          |
|      | <b>Total</b>   |              |             | <b>7037</b>  |
| 1940 | Universitário  | 6949         | 1766        | 8715         |
|      | Outro          | 614          | 3           | 617          |
|      | <b>Total</b>   | <b>7563</b>  | <b>1769</b> | <b>9332</b>  |
| 1950 | Universitário  | 9549         | 3354        | 12903        |
|      | Outro          | 586          |             | 586          |
|      | <b>Total</b>   | <b>10135</b> | <b>3354</b> | <b>13489</b> |
| 1960 | Universitário  | 13321        | 6201        | 19522        |
|      | Outro          | 1601         | 532         | 2133         |
|      | <b>Total</b>   | <b>14922</b> | <b>6733</b> | <b>21655</b> |

Fonte: Rodrigues de Sousa, 2019: 20

As deputadas do Estado Novo colaboravam com organizações femininas apoiadas pelo regime político. Algumas chegaram a integrar cargos na Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais; ou na Comissão de Trabalho; ou na Previdência e Assistência Social. Preocupavam-se com temas

---

de então (...) Trata-se de um grupo de mulheres burguesas, que contrastam com o grande grupo da população feminina, incluído numa classe popular, predominantemente, de origem rural e analfabeta ou, raros casos, tendo iniciado o ensino primário o abandona sem ter aprendido a ler e a escrever. Por outro lado, diferenciam-se, ainda, das mulheres da burguesia, sobretudo urbana, que, estudando em ensino doméstico ou particular, raramente concluíam o curso dos liceus e, muito menos, frequentavam o ensino superior.» (Adão e Remédios, 2005: 89)

vários, desde as licenças de parto<sup>15</sup>, às contas gerais do Estado (Cf. Tabela A3 em Anexo).

Os nomes das 22 das deputadas da II República Portuguesa constam da Tabela 5.

**Tabela 5:** Lista das Deputadas do Estado Novo

| N.º | Nome                            | Legislaturas    | Formação                                                |
|-----|---------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------|
| 1   | Domitila de Carvalho            | I, II           | Matemática; Filosofia; Medicina                         |
| 2   | Maria Baptista Guardiola        | I, II, III, V   | Direito                                                 |
| 3   | Maria Cândida Parreira          | I               | Matemática                                              |
| 4   | Maria Luísa Van Zeller          | II, III, IV     | Medicina                                                |
| 5   | Virgínia Faria Gersão           | IV              | Filologia Românica                                      |
| 6   | Maria Leonor Botelho            | V, VI           | Serviço Social                                          |
| 7   | Maria Margarida dos Reis        | VI, VII, VIII   | Biologia                                                |
| 8   | Maria Irene da Costa            | VII, VIII       | Ciências Histórico-Naturais                             |
| 9   | Custódia Lopes                  | VIII, IX, X, XI | Filologia Clássica                                      |
| 10  | Maria de Lourdes de Albuquerque | IX              |                                                         |
| 11  | Maria Ester de Lemos            | IX              | Filologia Românica                                      |
| 12  | Sinclética Santos Torres        | IX, X, XI       | Farmácia                                                |
| 13  | Luzia Pereira Beija             | X               | Serviço Social                                          |
| 14  | Maria Raquel Ribeiro            | X               | Serviço Social                                          |
| 15  | Alda de Moura Almeida           | XI              | Magistério Primário; Histórico-Filosóficas              |
| 16  | Josefina Pinto Marvão           | XI              | Serviço Social; Ciências Sociais e Política Ultramarina |

<sup>15</sup> «Algumas colaboraram com organizações femininas do regime, como a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional e o Movimento Nacional Feminino. Constituíram claramente uma elite que saiu da esfera do privado para o público (...) Algumas das temáticas por elas abordadas (...) a saber: as licenças de parto para as trabalhadoras, o aborto, a prostituição, o voto feminino e, ainda, a possibilidade de as mulheres poderem vir a aceder a profissões que até aí lhes estavam vedadas.» (Parlamento, 2016)

|    |                                 |    |                    |
|----|---------------------------------|----|--------------------|
| 17 | Lia Pereira Lello               | XI |                    |
| 18 | Maria Ângela da Gama            | XI | Serviço Social     |
| 19 | Maria Clementina de Vasconcelos | XI |                    |
| 20 | Maria de Lourdes Oliveira       | XI | Físico-química     |
| 21 | Maria Luísa de Oliveira         | XI | Filologia Românica |
| 22 | Maria Teresa Lobo               | XI | Direito            |

Fonte: Tavares Castilho (2009: 315-330) e Sousa Galito (2018: 52)

O capítulo anterior apresentou uma biografia das três primeiras deputadas do Estado Novo. Segue-se o perfil resumido das outras dezanove mulheres da lista que consta da Tabela 5.

### **Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller (1906-1983)**

Nasceu em Lisboa a 16 de dezembro de 1906 e faleceu a 4 de março de 1983.

Licenciou-se em Medicina na Universidade de Lisboa em 1932.

Do ponto vista da sua carreira profissional enquanto médica, foi assistente voluntária de Clínica Cirúrgica do Hospital Escolar (1932); médica Interna dos Hospitais Cíveis de Lisboa; assistente do Instituto Português de Oncologia; Diretora do Instituto Maternal; Diretora da Maternidade Alfredo da Costa; e Assistente convidada na Faculdade de Medicina de Paris (Parlamento, n/d).

Foi eleita, pela primeira vez, quando tinha 32 anos. Foi deputada da Assembleia Nacional na II, III e IV Legislaturas do Estado Novo.

Na II Legislatura preocupou-se com o projeto de lei sobre assistência a menores de idade aos cinemas e teatros e sobre a coordenação dos estabelecimentos de educação para o serviço social.

Na III Legislatura centrou a sua atenção no Estatuto da Assistência Social e numa proposta de lei sobre Assistência Psiquiátrica.

Na IV Legislatura interessa-se pela organização hospitalar e as doenças contagiosas; pelo recenseamento leitoral, pelo ensino técnico-profissional e pelas Contas Gerais do Estado.

Defendia o respeito pela mulher no seio da família. Para ela,

não bastavam políticas públicas a favor da gratuitamente de certos bens atribuídos às crianças, como forma de baixar a mortalidade infantil. Apoiava a instrução e formação das mães, em particular em matérias de puericultura, para elas poderem tomar decisões mais conscientes e ajudá-las a proteger a primeira infância dos filhos (Adão e Remédios, 2005: 99).

Era católica e assumiu cargos de importância. Por exemplo, foi Presidente Geral da Juventude Universitária Católica Feminina; membro do Conselho de Ação Social, bem como da Comissão Executiva da Obra das Mães pela Educação Nacional. Foi Comissária-adjunta da Mocidade Portuguesa Feminina em 1938. Foi também Subdiretora e depois Diretora-Geral de Saúde entre 1963 e 1971. (Tavares Castilho, 2009).

### **Virgínia Faria Gersão**

Nasceu em Cernache (Coimbra) a 1 de julho de 1896 e faleceu a 25 de novembro de 1974.

Primogénita de família que apostou na instrução dos seus filhos, pelo que todos tiveram acesso a ensino superior, o que não era comum na época. Licenciou-se em Filologia Românica e depois completou o Magistério liceal na Escola Normal Superior, ambos na Universidade de Coimbra (Fontes e Coelho, 2020: 83).

Deu aulas na Escola Normal Primária de Lisboa. Tornou-se conhecida sobretudo como professora no Liceu Infanta D. Maria em Coimbra. «(...) foi uma brilhante professora e educadora dos ensinos primário, normal e secundário, tendo dedicado grande parte da sua vida profissional ao ensino e à cultura no Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra.» (Pinheiro, 2004: 86)

Do ponto de vista profissional, foi docente do ensino secundário e foi professora agregada da Escola Normal Primária de Benfica. (Tavares Castilho, 2009).

Foi convidada a integrar a lista por Lisboa nas eleições legislativas de 1945, tendo recebido 107.549 votos (Assembleia Nacional, 1947: 30)

Foi eleita na IV Legislatura (1945-1949) quando tinha 49 anos e era solteira.

Após receber 85 votos (Gersão, 1946: 663) integrou uma Comissão originalmente intitulada “Educação Nacional e Cultura Popular”, mas que ajudou a renomear “Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais” (Gersão, 1945: 42).

Na sua atividade parlamentar dedicou-se a temas relacionados com o ensino (reforma do ensino liceal, a reorganização do ensino técnico-profissional e o ensino particular) e a saúde pública (mormente a tuberculose). Criticou a reforma do ensino liceal do Ministro da Educação Nacional, Fernando Andrade Pires de Lima. «Na sua opinião, era necessário remediar urgentemente alguns aspetos que considerava graves, nomeadamente o tempo excessivo que as crianças passavam na escola, a extensão exagerada dos programas e a falta de adaptação dos mesmos aos alunos, o elevado grau de exigência a que se submetia a criança (...)» (Fontes e Coelho: 2020: 92)

### **Maria Leonor Botelho**

Nasceu em Escalos de Cima (Castelo de Branco) a 11 de outubro de 1915 e faleceu a 22 de novembro de 1996.

Possuía o curso de Assistente Social pelo Instituto de Serviço Social desde 1939. Entre 1947-49 foi Chefe do Serviço Social do Instituto de Assistência à Família.

Foi Bolseira do Instituto de Alta Cultura (939) e tirou Pós-Graduação entre 1966-67. Trabalhou como operária numa fábrica de conservas de peixe em Setúbal. Foi professora e funcionária pública.

Era católica. Foi Vice-Presidente Nacional da União Noelista Portuguesa e colaborou nas Obra das Mães pela Educação Nacional.

Foi deputada do Estado Novo na V e na VI Legislaturas. Entre 1949 e 1953 preocupou-se com a revisão da Constituição e do Ato Colonial, e com a Lei Orgânica do Ultramar. Também discutiu um projeto de lei sobre o abandono da família. Entre 1953 e 1957 chegou a integrar a Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social. Debateu temas como o desemprego, um plano de formação social e corporativa, a proteção da família e a assistência a menores

de idade em espetáculos públicos. Também debateu as Contas Gerais do Estado. (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis**

Nasceu em Lisboa a 20 de dezembro de 1918. Foi enterrada no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, a 29 de março de 2014 (Jornal Público, 2014).

Tirou a Licenciatura em Ciências Biológicas, com 19 valores, na Universidade de Lisboa, mas não chegou a exercer profissão nesta área.

Era católica. Possuía “Inteligência e capacidade de oratória invulgares” e “foi o facto de defender o seu estatuto de mãe de família que a levou à Assembleia Nacional, para representar os interesses e aspirações das mulheres”, com vista a defender “compensações económicas nas famílias, de forma a que a função de mãe a tempo interior possa um dia ser uma opção real para quem o desejasse” (Jornal Público, 2014).

Chegou a Vice-Presidente da União Noelista Portuguesa.

Foi deputada do Estado Novo na VI, VII e VIII Legislaturas. Nas primeiras duas integrou a Comissão da Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais. Na última, integrou a Comissão do Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência Social.

Na Legislatura VI, entre 1953 e 1957, concentrou as suas atenções o ensino (primário, secundário e técnico), sobre a proteção da família e o seu direito à habitação; sobre a colonização em regiões com projetos hidroagrícolas; com questões económicas; e com as atividades da Casa de Santa Maria do Resgate.

Na Legislatura VII, entre 1957 e 1961, preocupa-se com as Casas do Povo e as instituições de Previdência e as Contas Gerais do Estado.

Na Legislatura VIII, entre 1961 e 1965, debate temas relacionados com a Saúde e as Farmácias, a educação e as Contas Públicas (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Irene Leite da Costa**

Nasceu em Paranhos (Porto) a 16 de junho de 1911 e faleceu a 5 de junho de 1996.

Tirou Licenciatura em Ciências Histórico-Naturais na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Obteve um diploma profissional na Faculdade de Farmácia. Enquanto bolseira do Instituto de Alta Cultura, especializou-se em Psicologia Infantil e Pedagogia pelo Instituto das Ciências da Educação da Universidade de Genebra (Faria de Sousa, 2002: 97).

Lecionou no ensino médio e superior. Deu aulas no Instituto de Educação Infantil; no Instituto de Higiene Mental Infantil António Aurélio da Costa Ferreira; e no Curso de Enfermeiras Partearas Puericultoras do Instituto Maternal. Foi Professora convidada da cadeira de Pedagogia e Didática da Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Também foi Vogal da II Secção da Junta Nacional de Educação (1961-1964); e Diretora do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (1964-1974) onde deu especial atenção às turmas de alunos especiais<sup>16</sup>. Ela defendia que «(...) as crianças desadaptadas, quando educadas a tempo, são suscetíveis de aproveitamento e de adaptação à vida social, tornando-se indivíduos úteis e colaboradores dentro da comunidade.» (Faria de Sousa, 2002: 99).

Foi deputada do Estado Novo nas VII e VIII Legislaturas, integrando, em ambas, a Comissão da Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais.

Na Legislatura VII, entre 1957 e 1961, debateu temas, tais como o fomento piscícola nas águas interiores do País, as Contas Gerais do Estado, e a assistência infantil e juvenil.

Na Legislatura VIII, entre 1961 e 1965, centrou-se na Educação, na Saúde e nas Contas do Estado. (Tavares Castilho, 2009)

<sup>16</sup> «M. Irene L. da Costa (...) afirma que, as classes especiais seguiam os princípios da Escola ativa, educação sensória e ensino concreto de Decroly e M. Montessori, defendendo a colocação de alunos nas classes, de acordo com o seu nível mental e aptidões, 11 sendo o ensino facilitado quando se diminui e atenua a heterogeneidade”. Esta forma de organização do ensino para crianças com dificuldades escolares foi inspirar-se nas classes de recuperação e nas classes de aperfeiçoamento, modelos existentes em diversos países da Europa, nomeadamente em França desde os inícios do século XX.» (Faria de Sousa, 2002: 74)

## **Custódia Lopes**

Nasceu em Lourenço Marques (Moçambique) a 18 de agosto de 1919.

Tirou a Licenciatura em Filologia Clássica pela Universidade de Lisboa. Foi professora do ensino secundário.

Foi deputada do Estado Novo nas Legislaturas n.º VIII, IX, X e XI. Nas três primeiras integrou a Comissão da Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais. Na última participou na 5ª subseção sobre Política e Economia Ultramarinas. (Tavares Castilho, 2009)

Na Legislatura VIII, entre 1961 e 1965, ocupa-se das Contas gerais do Estado e das questões relativas ao ensino em Moçambique<sup>17</sup>. Condenou a falta de respeito demonstrada pelo Governo da União Indiana pelo Estado Português da Índia. Participa em debates sobre o Ultramar Português e o setor farmacêutico. Fez uma interpelação a 12 de março de 1964 a favor das potencialidades turísticas da sua província “e das vantagens recíprocas em implementar-se uma maior cooperação com a metrópole”, apelando a uma “digressão por terras moçambicanas de grupos folclóricos provenientes das mais diversas regiões de Portugal” e destacou o trabalho de mérito desenvolvido pela Casa do Minho de Lourenço Marques, atual Maputo (Gomes, 2013).

Na Legislatura IX, entre 1965 e 1969, defende a disseminação da língua Portuguesa e a proteção das populações quando há desastres naturais (feitos das tempestades) em Moçambique, Analisa a questão da urbanização em Lourenço Marques e no Ultramar. Dedicar-se a questões relacionadas com o ensino, o serviço militar

---

<sup>17</sup> «Uma outra parlamentar, Custódia Lopes, oriunda de Moçambique, interessou-se pela educação naquele território. Assim, em março de 1962, abordou a situação do ensino primário, alertando para o muito que, em sua opinião, havia ainda a fazer. Em outra ocasião, aludiu ao aumento dos gastos do Estado com a educação na província, recordando, contudo, que alguns setores careciam de melhoras, como o da saúde escolar e os da “assistência infantil” e da “educação das crianças em idade pré-escolar”. Também chamou a atenção para o cuidado que deveria haver na escolha dos manuais escolares para o Ultramar e aplaudiu a criação recente do ensino superior nas províncias<sup>46</sup>. Em fevereiro de 1964, foi subscritora de uma moção, onde se defendia o prolongamento da escolaridade obrigatória e uma vasta revisão de todo o sistema de ensino, que foi aprovada. A educação no Ultramar estava, de facto, na ordem do dia. Recorde-se que, em 1962, foram criados, pelos ministros da Educação Nacional, Manuel Lopes de Almeida, e do Ultramar, Adriano Moreira, os Estudos Gerais Universitários, ao mesmo tempo que foi aumentando significativamente, a partir de 1956, o investimento estatal nos restantes níveis de ensino.» (Braga, 2017: 176-177)

e a em Moçambique. Debate as Contas Gerais do Estado. Confere importância às visitas de Estado nas províncias ultramarinas.

Na Legislatura X, entre 1969 e 1973, participa em debates sobre Contas Gerais do Estado, a pressão externa sobre o Ultramar Português, mormente o papel de Portugal na ONU. Dedicar-se a questões relativas ao ensino, à urbanização e à lei da imprensa. Solicita mais informação sobre as equipas no terreno em Moçambique (mormente engenheiros, médicos e veterinários). Analisa propostas de revisão constitucional e de alteração da lei Orgânica do Ultramar. Desperta a atenção para problemas no Ultramar e é favor de um desenvolvimento económico que aposte mais no turismo. Alerta para a necessidade de cursos de administração Ultramarina e a uma lei de reforma do sistema educativo. (Tavares Castilho, 2009). Em 1970 sugere a criação, em Moçambique, de escolas superiores à semelhança dos seus congéneres na Metrópole (Braga, 2017: 183).

### **Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque**

Nasceu em Pondá (Goa) a 18 de novembro de 1929. Educada na cidade natal e na Índia Inglesa, residiu doze anos em Moçambique antes de ser deputada (Galeria dos Goeses Ilustres, 2019).

De ascendência indiana, é a primeira mulher não licenciada a ser eleita para a Assembleia Nacional. Antes de ser deputada não exercia qualquer profissão. Integrou a Legislatura n.º IX e fez parte da Comissão para o Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Entre 1965 e 1969 desenvolveu trabalho parlamentar sobre a situação dos habitantes do Estado Português da Índia, sobretudo depois do território ter sido invadido pela República da Índia. Analisa a proposta de lei do serviço militar. Solicita dados sobre a importação de madeiras. Preocupa-se com a terceira idade, com a Previdência rural e com a reorganização das Casas do Povo (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Ester Guerne Garcia de Lemos**

Nasceu no Carvalhal (Bombarral, Leiria) a 02 de novembro de 1929.

Frequentou a Universidade de Lisboa, onde concluiu uma Li-

cenciatura em Filologia Românica em 1952.

Foi assistente de programas literários da Emissora Nacional entre 1954 e 1959. Recebeu o Prémio Eça de Queiroz do Secretariado Nacional de Informação em 1960.

Foi escritora, tendo publicado livros da sua autoria (por exemplo, o romance “companheiros” que foi galardoado com o Prémio Eça de Queiroz em 1960) e traduções de Boccaccio, La Fontaine, Pascal e Petrarca.

Enquanto docente universitária, trabalhou como Assistente da entre 1957 e 1963; e depois como Professora entre 1971 e 1974, na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi saneada da referida instituição de ensino em novembro de 1974, após a Revolução do 25 de Abril.

Foi também Professora da Escola Secundária do Fundão (1975-1978) e Professora do Liceu e Queluz (1979-1982). Obteve a aposentação, depois de ter dado aulas no Instituto de Novas Profissões (1990).

Espelhou a sua ideologia política nas suas conferências em público (Cf. RTP Arquivos, 1968) e o seu fervoroso catolicismo nas suas atividades enquanto deputada da Assembleia Nacional, durante a IX Legislatura do Estado Novo. Sendo assim, entre 1965 e 1969, apelou à consciência coletiva nacional; debateu sobre temas relacionados com o ensino, o funcionalismo público, o serviço militar, a literatura e prestou homenagem ao trabalho realizado no seio da Mocidade Portuguesa Feminina (Tavares Castilho, 2009) em prol da educação da juventude. Criticou reformas desnecessárias, “apenas pela ânsia do novo”, o que a pode ter incompatibilizado com o recém-empossado Marcelo Caetano<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> «Na nona legislatura (1965-1969), de novo os assuntos ligados à educação ocuparam as deputadas. Em janeiro de 1967, Ester de Lemos usou da palavra, referindo-se ao papel do Estado (a quem competiria “coordenar esforços e com o exemplo que encoraja e o apoio que fortalece, estimular as iniciativas particulares de quantos se dediquem à educação”) e da família, (a quem cabe “a maior responsabilidade que não poderemos contudo exigir-lhe, se ela não estiver à altura de satisfazer pelas suas fracas e insuficientes possibilidades materiais, morais e espirituais, as obrigações que lhe competem e de assumir o direito que por natureza lhe assiste na educação da juventude”). (...) Em março de 1969, elogiou a ação de Maria Guardiola, que meses antes deixara o comissariado nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, depois de mais de três décadas de exercício. A dada altura referiu: “As ideias de renovar, rever, reformar (...) às vezes apenas a ânsia do novo, da mudança (...) salutar, na condição, porém, de não pretender mudar o que deve ser, dentro dos limites humanos, imutável; de não tocar no essencial da doutrina. (...) Segundo me foi declarado pela própria Ester de Lemos, esta intervenção desagradou profundamente ao recém-empossado Marcelo Caetano, que

## Sinclética Soares dos Santos Torres

Nasceu em Luanda a 24 de junho de 1928. Faleceu na mesma cidade a 10 de novembro de 2009.

Tinha Licenciatura em Farmácia pela Universidade do Porto e exerceu a profissão de farmacêutica. Em termos de carreira, também foi Diretora do Depósito Distrital de Medicamentos de Moçâmedes (Angola); Diretora da Farmácia Externa n.º 1 dos Serviços de Saúde e Assistência; Diretora da Farmácia do Hospital de Moçâmedes; e Inspetora do exercício farmacêutico do distrito de Moçâmedes. Foi Vogal do Conselho Legislativo da Província de Angola (1962).

De ascendência africana<sup>19</sup>, entrou para a política a reivindicar melhores serviços em Angola, mormente no âmbito farmacêutico<sup>20</sup>. Enquanto deputada, assumiu funções na Comissão de Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência Social na IX Legislatura do Estado Novo; e nas X e XI Legislaturas integrou a Comissão do Ultramar pelo círculo de Angola.

No que concerne a intervenções parlamentares, na IX Legislatura, entre 1965 e 1969, preocupou-se com o ensino primário em Angola e o ensino liceal do Estado. Analisou as Contas Gerais do Estado.

A sua participação foi maior nas duas legislaturas seguintes. Na X Legislatura, entre 1969 e 1973, em especial no período dos ataques da UPA sobre os colonos, condenou os crimes e defendeu a necessidade de repressão dos mesmos. Debateu sobre os estabelecimentos de ensino tradicional e a sociedade moderna. Avaliou questões relacionadas com a demarcação, distribuição e ocupação de terras em Angola. Estudou as Contas Gerais do Estado de 1969. Analisou temas tão diversos como os pagamentos a efetuar pelo

---

a considerou uma crítica indireta à sua política, embora, na verdade, não o fosse.» (Braga, 2017: 177-178)

<sup>19</sup> «(...) farmacêutica, que em 1965 foi eleita a primeira angolana negra na Assembleia Nacional cruza-se com os de muitas personagens do século XX (das amigas com Sá Carneiro, Maria de Lurdes Pintasilgo ou Agostinho Neto) e com outras personalidades de relevo que são suas familiares (de Francisca Van Dunem ao general Kopelipa).» (Capelo, 2019)

<sup>20</sup> «A farmácia do hospital de Moçâmedes estava sempre vazia. Um dia, Sinclética Santos Torres explicou-o ao representante político local, que lhe recomendou uma conversa com o governador, a quem voltou a repetir os problemas. Este decidiu convidá-la para o conselho legislador da província. E foi assim “a reclamar pela falta de coisas”, como recorda o filho Fernando, que Sinclética Torres entrou para a política.» (Capelo, 2019)

Banco de Angola, saúde, educação, comércio e indústria. Ao mesmo tempo que apoia a política do Governo, subscreve proposta de alteração do Regimento da Assembleia Nacional e solicita o reconhecimento oficial dos licenciados em Farmácia.

Integrou a XI Legislatura, que acabou interrompida pela Revolução dos Cravos em 1974. Nas suas intervenções parlamentares preocupa-se com o cultivo do algodão; dá um encómio ao Governador do Estado de Angola; e “protesta contra a atitude do Governo da República do Zaire em relação aos portugueses residentes em certas fronteiras” (Tavares Castilho, 2009).

Em Angola é conhecida por ter despertado a atenção para os vícios, a toxicodependência e os problemas que os adolescentes enfrentavam em Angola (Clube K, 2019). Alguns dos quais decorriam dos períodos escolares serem fieis ao clima da Metrópole e que, portanto, não levavam em consideração o clima tropical na sua província, pelo que os jovens tinham férias quando a temperatura era baixa e tinham de ir para a escola quando poderiam fazer “praia ou vida ao ar livre”<sup>21</sup>.

### **Luzia Neves Pernão Pereira Beija**

Nasceu em Ponte de Sor (Portalegre) a 29 de julho de 1919.

Tirou um curso do Instituto de Serviço Social de Lisboa. Foi Assistente Social no Grémio das Conservas de Peixe em Portimão e Delegada do Instituto de Assistência à Família.

O seu marido foi Governador Civil de Setúbal. Ao casar abdicou da atividade profissional. Mas ao enviuvar, aceitou convite para entrar na política.

Foi deputada na X Legislatura do Estado Novo, tendo integra-

---

<sup>21</sup> «Uma outra deputada africana, concretamente oriunda de Angola, Sinclética Torres, por duas vezes propôs a necessidade de adaptar os manuais escolares às realidades do Ultramar. Também considerou desajustados os períodos escolares em Angola: “As aulas funcionam apanhando os meses mais quentes do clima tropical. A juventude infantil tem de ficar em casa durante as férias por serem os meses mais frios, os de cacimbo. Os adolescentes, nas férias grandes, impossibilitados de um período de praia, ou vida ao ar livre, vão para cafés e bares, onde se viciam na bebida, sem nenhum proveito salutar, e à noite, porque o corpo não fez exercícios durante o dia, vão para cabarets e clubes dos subúrbios, onde iniciam uma vida de corrupção indesejável sob todos os aspetos. De resto, com a Universidade em Angola já não se justifica este capricho dos perdidos escolares não adaptados ao clima tropical; seria ainda um meio de fixação de que a província tanto carece” (...)» (Braga, 2017: 178)

do a Comissão do Trabalho, Assistência e Previdência Social pelo Círculo de Setúbal.

Só assumiu um mandato, mas a sua atividade parlamentar foi prolífera. Entre 1969 e 1973 debruça-se sobre questões, tais como as escolas (remuneração dos auxiliares de limpeza) e o ensino (a reforma do sistema educativo e as necessidades dos alunos especiais), a habitação, a colheita de produtos biológicos, a proteção da natureza. Elogia a proposta do Governo de localizar a nova Refinaria do Sul em Sines e a intenção de construir autoestradas em Setúbal. Debate o tema da mulher na sociedade moderna<sup>22</sup>. Discute o emprego do trabalhador estrangeiro (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Raquel Ribeiro**

Nasceu no Lugar de Adão Novo, no Cadaval (Lisboa) a 16 de março de 1925. Ela faleceu a 4 de março de 2022, aos 96 anos de idade.

Estudou no Instituto de Odivelas e concluiu o curso do Instituto Superior do Serviço Social de Lisboa, em 1948.

Profissionalmente, era funcionária pública e assistente social. Inicia funções no Instituto de Assistência à Família em 1949). Foi Chefe do Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1957 e 1971). Foi Dirigente do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social durante 10 anos e grande promotora da Comissão Portuguesa do Conselho Internacional do Serviço Social, a que presidiu em 1969.

Foi membro da Comissão de Ação Social dos Bairros Municipais

<sup>22</sup> «(...) a deputada Luzia Beija, em abril de 1973, demonstrou, numa intervenção na Assembleia Nacional (no âmbito da discussão do sistema educativo), que, nessa altura, a participação da mulher no mundo do trabalho aumentara, o que implicava uma junção das funções tradicionais de mãe, educadora e dona de casa com as novas funções na comunidade, situação que se integrava numa ampla transformação do próprio conceito de família: “O processo de evolução em curso, de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade industrial, transformou, no decurso de uma geração, a família tradicional, (...) Originou-se, assim, um novo estilo de relações entre homens e mulheres, destinados, cada vez mais, a viverem lado a lado e a colaborar, em pé de igualdade, nos mesmos trabalhos. A relação conjugal tende a constituir-se cada vez mais num plano igualitário, sendo os cônjuges cada vez mais companheiros de todas as horas, pelo alargamento dos horizontes comuns e pelas coincidências, cada vez maiores, dos seus ritmos de vida. Produziu-se, assim, uma alteração profunda no conceito da família, que tende a evoluir segundo novas coordenadas” [Diário das Sessões – Assembleia Nacional. Nº 253, 25-04-1973]. Não obstante estas transformações, Luzia Beija salientava a importância e relevância do núcleo familiar na sociedade.» (Loureiro, 2021: 37-38)

de Lisboa. Colaborou no Serviço Social Internacional em Genebra) e, em Paris, foi correspondente do Serviço Social de Ajuda aos Emigrantes. Foi igualmente Vice-presidente da Secção da Associação de Assistentes Sociais na União Católica Internacional do Serviço Social em Bruxelas.

Entrou como deputada na Assembleia Nacional na X Legislação do Estado Novo; e esteve integrada na Comissão do Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência Social, pelo círculo de Lisboa.

Nas suas intervenções parlamentares, entre 1969 e 1973, prestou homenagens e dedicou-se a questões relacionadas com a educação e o ensino, a habitação e os transportes; a saúde, os preços dos medicamentos e a terceira idade; a agricultura (fomento hidroagrícola no Alentejo, e o fabrico e tráfico de vinhos); a liberdade religiosa; os tribunais de família; o património arqueológico nacional, bem como as Contas Gerais do Estado. Debateu temas mais sensíveis como as terras do Ultramar recolta e preservação de produtos biológicos humanos.

Era da Ala Liberal, ou seja, via com bons olhos uma liberalização do regime, juntamente com Francisco Sá Carneiro, José Pedro Pinto Leite, Francisco Pinto Balsemão, Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota e Miller Guerra, entre outros. (Jornal Sol, 2022)

Participou no Conselho da Corporação da Assistência. Em 1973 era Diretora-Geral da Assistência Social (1973). Foi Diretora do Instituto da Família e Ação Social.

Após a Revolução do 25 de Abril, ela foi Assessora dos Secretários de Estado os Retornados, da Segurança Social e do Ministro dos Assuntos Sociais, entre 1975 e 1981.

Entre 1981 e 1988, foi Presidente da Comissão Instaladora e do Conselho Diretivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.

Em 1990 ocupou o cargo de Diretora-Geral da Família e Presidente do Conselho Executivo do Ano Internacional da Família; e foi uma das fundadoras da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; pelo que, após a sua morte, a APAV inaugurou uma sala homónima a 10 de novembro de 2021, a cuja cerimónia ainda compareceu.

Entre 1990 e 1992 integrou o Conselho Nacional do Partido So-

cial Democrata (PSD). Entre 1993 e 1994 foi membro do Conselho Geral do PSD e da Comissão Política Distrital da Área Metropolitana de Lisboa (Tavares Castilho, 2009).

Desde 2011, atribui-se o “Prémio de Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro”, uma iniciativa da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, desenvolvida em parceria com a Fundação Montepio e a Santa Casa da Misericórdia, que homenageia pessoas com 80 e mais anos, que continuam a desenvolver atividade profissional ou cívica relevante, em várias categorias.» (Santa Casa, 2022)

### **Alda da Conceição Dias Carreira de Moura Almeida**

Nasceu em Peso, Vila de Rei (Castelo Branco) a 26 de julho de 1923.

Tirou o Curso do Magistério Primário. Também acabou o Curso Complementar de Histórico-Filosóficas da Universidade de Coimbra.

Profissionalmente, foi docente no ensino particular. Foi vogal da Comissão da Província de Moçambique, da Comissão Distrital da Associação Nacional Popular (ANP) da Beira, e da Assembleia Legislativa do Estado de Moçambique.

Foi eleita deputada na XI e última Legislatura do Estado Novo, entre 1973 e a queda do governo de Marcelo Caetano. Integrou a Comissão da Educação Nacional, Cultura popular e Interesses Espirituais e Morais, pelo círculo de Moçambique (Tavares Castilho, 2009).

As suas intervenções parlamentares incidiram em temas relacionados com o ensino<sup>23</sup>; e a juventude em Moçambique, pois, no seu entender, competia “ao Governo ajudar os jovens a crescer na liberdade e na responsabilidade” (Loureiro, 2021: 71). Enalteceu o papel da mulher na vida da Nação e o seu empenho em defesa da Pátria (Loureiro, 2021: 70-71).

Em fevereiro de 1974 parecia preocupada com a conjuntura moçambicana após treze anos de conflito armado e tentou alertar para

<sup>23</sup> «Apontou as condições que os professores primários tinham em Moçambique: isolamento em aldeias do interior, privação de tempo com as suas famílias, entre outros. Ora, aquilo que os movia para um caminho de sacrifício e renúncia, como Alda Moura explicou, era a vocação de educador. Além destes sacrifícios, colocava-se ainda a questão das remunerações.» (Loureiro, 2021: 71).

a necessidade de unidade “para lutar contra um inimigo comum”<sup>24</sup>.

### **Josefina da Encarnação Pinto Marvão**

Nasceu em Capelo, Angola, a 2 de setembro de 1939. Como habilitações Literárias tinha o Curso Superior de Serviço Social (1966) e o Curso Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1971).

Foi eleita deputada da XI Legislatura do Estado Novo e integrou, pelo círculo de Portalegre, em duas Comissões: a da Política e Administração Geral e Local; e a do Trabalho, Previdência, saúde e Assistência. Em termos de atividade parlamentar, dedicou-se a questões relativas à Assistência Social, à saúde e ao ensino (infantários ou creches). Conferiu destaque ao papel das mulheres no mercado de trabalho<sup>25</sup>.

Foi membro da Comissão Executiva do I Congresso da Ação Nacional Popular; e do grupo IV (Política de Pessoal) ligado ao Conselho Coordenador da Função Pública (Tavares Castilho, 2009).

Trabalhou como funcionária pública. Foi Vogal secretária da Comissão Diretiva da Escola de Auxiliares Sociais de S. Pedro de Alcântara. Trabalhou na Comissão Coordenadora da Instalação de Creches e Jardins de Infância S. Tomé, em Lisboa. Entre 1981 e 1983 ascendeu ao cargo de Diretora Geral da Higiene e Segurança do Trabalho (Rodrigues, 2014: 16-17).

### **Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira Lello**

Nasceu no Porto a 22 de agosto de 1935.

Possuía o Curso Liceal Completo. Profissionalmente, foi administradora de empresas. Trabalhou na Editora Lello & Irmão.

Foi eleita deputada da XI Legislatura do Estado Novo e inte-

---

<sup>24</sup> «Em fevereiro de 1974 (...) começou por afirmar que Moçambique compunha um Portugal pluricontinental e comentou a necessidade de mostrar que existia apenas um povo, independentemente da cor, credos ou cultura. A unidade era precisa para lutar contra o inimigo comum. De salientar que nesta altura a Guerra Colonial já decorria há 13 anos deixando marcas em todos os aspetos, quer na metrópole quer nas províncias ultramarinas. Por esse motivo, a deputada pedia a união do país independentemente da origem do cidadão português.» (Loureiro, 2021: 70)

<sup>25</sup> «A deputada [Josefina Marvão] começou por partilhar que cerca de 25% dos recursos de mão-de-obra disponível, dos 15 aos 64 anos de idade, segundo os censos de 1970, eram mulheres. Aproximadamente 730 000 mulheres empenhavam-se no desenvolvimento do país diariamente, como explicou. Além disso, estes números tinham tendência a aumentar (...)» (Loureiro, 2021: 80)

grou a Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, pelo círculo do Porto. Entre 1973 e a queda do Governo de Marcelo Caetano, defendeu em plenário questões relacionadas com o Instituto Superior de Economia e a Associação dos Escritores Portugueses (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da Gama**

Nasceu em Bustos, Oliveira do Bairro (Aveiro) a 10 de julho de 1929.

Completoou Licenciatura em Serviço Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa.

Fez carreira profissional enquanto assistente social e chegou a Chefe dos Serviços de Ação Social na empresa de adubos belga, a SAPEC de Setúbal. Foi «(...) não só a fundadora do Serviço Social nesta empresa (que possuía supermercado, infantário e assistência às famílias carenciadas) como também a primeira assistente social do trabalho no distrito de Setúbal.» (Rodrigues, 2014: 16)

Participou em atividades da Associação Nacional Popular (ANP). Foi Vogal da Comissão Concelhia da Ação Nacional Popular de Setúbal; e assumiu funções de vereadora na Câmara Municipal de Setúbal.

Era católica fervorosa, pelo que chegou a dar aulas de religião e moral numa escola de Setúbal e pertencia ao Movimento Diocesano das Assembleias Familiares, das Conferências de S. Vicente de Paula.

Entrou na Assembleia Nacional enquanto deputada da XI Legislatura do Estado Novo e integrou a Comissão do Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência, pelo círculo de Setúbal. Nas suas intervenções parlamentares debateu sobre os direitos das mulheres e das crianças; e preocupou-se com a assistência materno-infantil e a vinha.

Após a Revolução dos Cravos de 1974 emigrou para o Brasil. Na idade da Reforma, regressou a Portugal e ficou residência em Alcácer do Sal. (Tavares Castilho, 2009)

## **Maria Clementina Moreira da Cruz de Almeida Azevedo e Vasconcelos**

Nasceu a 8 de dezembro de 1915 no Porto. Faleceu de pneumonia a 4 de maio de 2009, em Lisboa. Era filha de Armando Pereira da Cruz e de Maria Madalena Martins Moreira da Cruz. Foi casada e teve dois filhos: Diogo e Maria Paula da Cruz Vasconcelos (Geni, 2021).

Foi docente e empresária, para além de ter sido a primeira mulher da comissão central da ANP (Loureiro, 2021: 26)

Deputada da XI Legislatura do Estado Novo. Integrou Comissão de Política e Administração Geral e Local. Dezanove dias antes da Revolução dos Cravos, interveio da Assembleia Nacional sobre o ensino primário. «Apontou, desde logo, os principais problemas no ensino português: instalações e equipamentos; programas e livros adequados; e, por fim, o recrutamento, preparação e situação dos professores.» (Loureiro, 2021: 74-75). Reclamou dos baixos salários dos professores, mas também dos novos métodos pedagógicos e processos didáticos da época moderna<sup>26</sup>.

## **Maria de Lourdes Cardoso de Meneses de Oliveira**

Nasceu em Moimenta da Beira (Viseu) a 6 de maio de 1928. Tirou Licenciatura em Ciências Físico-químicas.

Foi professora do ensino secundário. Também foi Vogal e Presidente da Comissão do Distrito de Faro da União Nacional.

Enquanto deputada da XI Legislatura do Estado Novo, entrou na Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, pelo círculo de Faro. Nas suas intervenções parlamentares discutiu o ensino no Algarve, dedicou-se a questões de caráter social e político-económico e debateu uma proposta de

---

<sup>26</sup> «(...) era preciso os professores ingressarem em estágios pedagógicos ou rever matérias e métodos de aprendizagem, processos estes que teriam de ocorrer nos seus tempos livres. Consequentemente surgia um problema, especificamente para as mulheres: até aí, o principal motivo para as mulheres escolherem a profissão de professora era o seu carácter de part-time, ou seja, um trabalho com horário reduzido e razoavelmente pago, como explicou. Contudo, alguns homens partilhavam da mesma lógica, não sendo uma opção exclusiva das mulheres. Mas isto já não era praticável, pois os professores precisavam de se envolver mais na profissão – “assim o exigem os novos métodos pedagógicos, assim o exige a necessária permanência na escola, para além dos tempos escolares, disposto a travar diálogo com as famílias que precisam de receber apoio para depois o darem”.» (Loureiro, 2021: 75)

lei sobre o IV Plano de Fomento (Tavares Castilho, 2009).

### **Maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de Oliveira**

Nasceu na Fazenda de Lutete em Angola, a 14 de agosto de 1933.

Tirou Licenciatura em Filologia Românica, com Exame de Estado e foi professora do ciclo preparatório. Também foi Coordenadora Distrital do Movimento Nacional Feminino, em Malange.

Deputada da XI Legislatura do Estado Novo e ingressou, pelo Círculo de Angola, a Comissão de Educação nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais. No parlamento debruçou-se sobre o recrutamento de professores para os quadros do Ultramar e mostrou-se preocupada com a situação vivida nessa época em Angola.

A partir de 1975, passou a ter residência fixa em Portugal e começou a lecionar em Espinho, na Escola Sá Couto.

### **Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcomo Lobo**

Nasceu em Angola, mais concretamente em Malanje, a 18 de fevereiro de 1929.

Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, enquanto Bolseira do Instituto de Assistência Social de Angola. Também tinha o curso Complementar de Ciências Jurídicas. Fez carreira na advocacia.

Viveu em Macau, onde foi notária. Deu aulas no Liceu de Macau.

Também foi professora do Instituto de Educação e Serviço Social de Lourenço Marques e Presidente do Centro de Estudos Corporativos da Sociedade de Estudos de Moçambique. Foi ainda Chefe de Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros do Banco Nacional Ultramarino.

No seu currículo consta ainda experiência enquanto Consultora jurídica da Junta Provincial de Povoamento de Moçambique, do Instituto do Algodão de Moçambique e da Cooperativa Agrícola do Limpopo. Foi Chefe do Gabinete de Estudos Económicos e de Relações com Organismos Internacionais da Junta Nacional do

Azeite. Também trabalhou como Subsecretária de Estado da Saúde e Assistência de agosto de 1970 a 1973.

Foi deputada da XI Legislatura do Estado Novo. Foi membro do Conselho da Presidência. As suas intervenções parlamentares incidiram sobre temas como a saúde, os direitos dos animais e o orçamento. Debateu a Lei do IV Plano de Fomento.

Após a Revolução e a queda do regime em 1974, emigrou para o Brasil.

Posto isto, terminou a apresentação sumária das vinte e duas deputadas do Estado Novo.

A II República terminou com a Revolução dos Cravos. Sopravam ventos de mudança. Não havia quórum. Apenas 49 dos 150 deputados participaram na derradeira sessão parlamentar do regime deposto no 25 de abril de 1974. Curiosamente, cinco das nove mulheres marcaram presença: Josefina Marvão, Maria Ângela da Gama, Maria de Lourdes Oliveira, Maria teresa Lobo e Sinclética Torres. Foram talvez as mais fiéis a este capítulo da História de Portugal que terminou abruptamente, quando a última sessão da Assembleia Nacional foi encerrada, pelas 15h43m (Jornal Objetivo, 2023).

## **Conclusão**

O Estado Novo foi ditatorial e subiu ao poder após um golpe militar, com vista a controlar a instabilidade política que grassava em Portugal desde os primeiros anos da República. Tinha como principal objetivo estabilizar o país e mantê-lo unido. A Guerra do Ultramar foi travada por Salazar para impedir o fim do Império Português, mas as fortes pressões internas e externas acabaram por derrubar o governo de Marcelo Caetano.

As mulheres que integraram a Assembleia Nacional, enquanto deputadas, entre 1935 e 1974, defenderam todo o tipo de causas, não se debruçando apenas sobre questões ligadas à saúde e à educação, conforme foi possível comprovar ao longo do artigo de investigação. Quase todas possuíam formação superior, para além de qualidade técnica ou comunicacional elevada, pelo que demonstra-

ram grande determinação na defesa daquilo em que acreditavam e estiveram à altura dos desafios civilizacionais que enfrentaram na sua época histórica.

## Bibliografia

Adão, Áurea e Remédios, Maria José (2005). “A narratividade educativa na 1ª Fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das Mulheres na Assembleia Nacional Portuguesa (1935-1945)”. *Revista Lusófona de Educação*, pp. 85-109.

Braga, Paulo D. (2014). “A Educação em Debate na Assembleia Nacional Portuguesa. O Contributo das Mulheres Deputadas (1945-1957)”. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG*, 27 (1), Janeiro-Junho, pp. 1-23.

Braga, Paulo D. (2017). “A Educação no Discurso Parlamentar Feminino Português (Estado Novo, 1935-1945)”. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, N.º 12, Junho, pp. 167-185.

Braga da Cruz, Manuel e Costa Pinto, António (2005). *Dicionário Biográfico Parlamentar – 1935-1974*. (Volume I) Lisboa: Livraria Parlamentar.

Candeias, António (2003). “A Primeira República Portuguesa (1910-1926): Educação, Rutura e Continuidade, um Balanço Crítico”. V Encontro Ibéricos de História da educação, Vol. *Biblioteca Digital da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, pp. 161-192. URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>

Faria de Sousa, Teresa (2002). “Contributos para a História do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira”. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Ramo de História da Educação, pp. 1-164 (+Anexos). URL: [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/33101/1/ulfp013827\\_tm.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/33101/1/ulfp013827_tm.pdf)

- Fauré, Christine (2004). *Political and Historical Encyclopedia of Women*. New York: Routledge.
- Fontes, Susana e Coelho, Sónia (2020). “Um Olhar sobre a Participação Feminina na Assembleia Nacional – A Deputada Virgínia Faria Gersão”. *Faces de Eva*, 47, pp. 77-97. URL: <https://scielo.pt/pdf/eva/n47/0874-6885-eva-47-77.pdf>
- Gersão, Virgínia (1945). “Diário das sessões 5”. *Assembleia Nacional*, 6 de dezembro, p. 42.
- Gersão, Virgínia (1946). “Diário das sessões 39”. *Assembleia Nacional*, 1 de março, p. 663.
- Loureiro, Inês P. (2021). “A Mulher nos Debates Parlamentares do Marcelismo”. *Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, pp. 1-110.
- Pessoa, Ana (2005). “A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a Proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado”. *Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação*, Universidade de Lisboa. *Tese de Doutoramento em Ciências da Educação – Especialidade História da Educação*, 1º Volume, setembro, pp. 1-798. URL: [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/2016/2/ulsd53713\\_td\\_Tese\\_volume1.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/2016/2/ulsd53713_td_Tese_volume1.pdf)
- Pimentel, Irene e Esteves, J. (2003). “Carvalho, Domitília de”. In Nóvoa, António. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa.
- Pinheiro, José E. M. (2004). *Textos dispersos sobre educação e cultura*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Rodrigues, Carla (2014). “Os Deputados Assistentes Sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República Portuguesa: principais Intervenções Parlamentares entre 1949 e 2011”. *Escola Superior de Altos Estudos*, Instituto Superior Miguel Torga. *Dissertação de Mestrado em Serviço Social*, pp. 1-44. URL: <https://repositorio.ismt.pt/server/api/core/bitstreams/39bfc441-9798-41a2-8dd5-50adbdc2a558/content>
- Rodrigues de Sousa, Isabel (2019). “Educação Feminina no Estado Novo (1938-1948): Impacto na Imprensa Periódica”. *Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. *Dissertação de Mestrado em His-*

tória Contemporânea, pp. 1-149. URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/122635/2/356273.pdf>

Sousa Galito, Maria (2018). “Women in Politics – Portuguese as a Case Study”. Working Paper CESA CSG, 173, pp. 1-61. URL: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp173.pdf>

Vargas, A. (2000). “Mulheres na Assembleia Nacional (1933-1974)”. *Revista de Assuntos Eleitorais*, 6, pp. 43-62.

\*

Assembleia Nacional (1947). *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (IV Legislatura). 1. Sessão Legislativa. 1945-1946*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Capelo, Sara (2019). “A História da Dra. Sinclética Torres, a Primeira Negra no Parlamento”. *Revista Sábado*, 29 de outubro. URL: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-historia-da-dra-sincletica-torres-a-primeira-negra-no-parlamento>

Diário da República (1974). “Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de novembro”, DR 1ª Série, B.º 266, pp. 1388(3-13). URL: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/11/26602/00030013.pdf>

Galeria dos Goeses Ilustres (2019). “Maria de Lourdes Filomena Figueiredo Albuquerque”. Galeria Nº 17, 22 de janeiro. URL: <https://galeriadosgoesesilustres.blogs.sapo.pt/117-maria-de-lourdes-filomena-30075>

Geni (2021). “Maria Clementina Moreira da Cruz”. *Perfil Genealógico*. URL: <https://www.geni.com/people/Maria-Clementina-Moreira-da-Cruz/6000000021599714528>

Gomes, Carlos (2013). “Em 1964, a deputada Custódia Lopes fez na Assembleia Nacional a alusão à Casa do Minho de Lourenço Marques (Moçambique)”. *Blogue do Minho*, 4 de abril. URL: <https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/1078974.html>

Jornal Sol (2022). “Morreu Maria Raquel Ribeiro, antiga deputada e uma das fundadoras da APAV”. *Notícias, Sociedade*, 4 de mar-

ço. URL: <https://sol.sapo.pt/2022/03/04/morreu-maria-raquel-ribeiro-antiga-deputada-e-uma-das-fundadoras-da-apav/>

Jornal Objetivo (2023). “A Última Sessão Parlamentar do Regime Deposto no 25 de Abril”. *Política*, Destaque, 22 de julho. URL: <https://www.objectivo.pt/a-ultima-sessao-parlamentar-do-regime-deposto-no-25-de-abril/>

Jornal Público (2014). “Morreu Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis, uma das deputadas do Estado Novo”. *Notícias*, 29 de março. URL: <https://www.publico.pt/2014/03/29/politica/noticia/morreu-maria-margarida-craveiro-lopes-dos-reis-uma-das-deputadas-do-estado-novo-1630294>

Parlamento (1933). “Constituição de 1933”. *Documentos da Assembleia da República*, URL: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1933.pdf>

Parlamento (2016). Resumo. Coleção Parlamento. URL: <https://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2016/N1/resumo.pdf>

RTP Arquivos (1968). “Conferência de Ester de Lemos em Braga”. Salão Nobre da Biblioteca Pública em Braga, 23 de abril. URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-ester-de-lemos-em-braga/>

Santa Casa (2022). “Santa Casa Lamenta Falecimento de Maria Raquel Ribeiro”. *Notícias da Santa Casa da Misericórdia*, 4 de março. URL: <https://scml.pt/media/noticias/santa-casa-lamenta-falecimento-de-maria-raquel-ribeiro/>

Sibila (2021). “Biografia de Ana de Castro Osório”. *Publicações, Biografias*. URL: [https://www.sibila.pt/biografias/ana\\_de\\_castro\\_osorio.html](https://www.sibila.pt/biografias/ana_de_castro_osorio.html)

\*

Tavares Castilho, J. M. (2009). *Os Deputados da Assembleia Nacional entre 1935-1974 – Biografia e Carreira Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República

- D1: “Alda da Conceição Dias Carreira de Moura Almeida”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/a/almeida\\_alda\\_da\\_conceicao\\_dias\\_carreira\\_de\\_moura.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/a/almeida_alda_da_conceicao_dias_carreira_de_moura.pdf)
- D2: “Custódia Lopes”. *Nome dos Deputados*.
  - Legislaturas VIII, IX, X, pp. 1-3. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/1/lopes\\_custodia.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/1/lopes_custodia.pdf)
  - Legislatura XI, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/1/lopes\\_custodia.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/1/lopes_custodia.pdf)
- D3: “Josefina da Encarnação Pinto Marvão”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/m/marvao\\_josefina\\_da\\_encarnacao\\_pinto.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/marvao_josefina_da_encarnacao_pinto.pdf)
- D4: “Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira Lello”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/1/lello\\_lia\\_maria\\_mesquita\\_bernardes\\_pereira.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/1/lello_lia_maria_mesquita_bernardes_pereira.pdf)
- D5: “Luzia Neves Pernão Pereira Beija”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/b/beija\\_luzia\\_neves\\_pernao\\_pereira.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/beija_luzia_neves_pernao_pereira.pdf)
- D6: “Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da Gama”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/g/gama\\_maria\\_angela\\_alves\\_de\\_sousa\\_craveiro\\_da\\_gama.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/g/gama_maria_angela_alves_de_sousa_craveiro_da_gama.pdf)
- D7: “Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/a/albuquerque\\_maria\\_de\\_lourdes\\_filomena\\_figueiredo\\_de.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/albuquerque_maria_de_lourdes_filomena_figueiredo_de.pdf)

- D8: “Maria de Lurdes Cardoso de Meneses Oliveira”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/o/oliveira\\_maria\\_de\\_lurdes\\_cardoso\\_de\\_meneses.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/o/oliveira_maria_de_lurdes_cardoso_de_meneses.pdf)
- D9: “Maria Ester Guerne Garcia de Lemos”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/l/lemos\\_maria\\_ester\\_guerne\\_garcia\\_de.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/l/lemos_maria_ester_guerne_garcia_de.pdf)
- D10: “Maria Irene Leite da Costa”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/c/costa\\_maria\\_irene\\_leite\\_da.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/c/costa_maria_irene_leite_da.pdf)
- D11: “Maria Leonor Botelho”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/b/botelho\\_maria\\_leonor\\_correia.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/b/botelho_maria_leonor_correia.pdf)
- D12: “maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de Oliveira”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/o/oliveira\\_maria\\_luisa\\_de\\_almeida\\_fernandes\\_alves\\_de.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/o/oliveira_maria_luisa_de_almeida_fernandes_alves_de.pdf)
- D13: “Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/v/van-zeller\\_maria\\_luisa\\_de\\_saldanha\\_da\\_gama.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/v/van-zeller_maria_luisa_de_saldanha_da_gama.pdf)
- D14: “Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/r/reis\\_maria\\_margarida\\_craveiro\\_lopes\\_dos.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/r/reis_maria_margarida_craveiro_lopes_dos.pdf)
- D15: “Maria Raquel Ribeiro”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-3. URL: [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/r/ribeiro\\_maria\\_raquel.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/r/ribeiro_maria_raquel.pdf)
- D16: “Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcomo Lobo”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/l/lobo\\_maria\\_teresa\\_de\\_almeida\\_rosa\\_carcomo\\_lobo.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/l/lobo_maria_teresa_de_almeida_rosa_carcomo_lobo.pdf)
- D17: “Sinclética Soares dos Santos Torres”. *Nome dos Deputados*, pp. 1-2. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan\\_1935-1974/html/pdf/t/torres\\_sincletica\\_soares.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputadosan_1935-1974/html/pdf/t/torres_sincletica_soares.pdf)

dos santos.pdf

- D18: “Virgínia Faria Gersão”. *Nome dos Deputados*, p. 1. URL: [https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputado-san\\_1935-1974/html/pdf/g/gersao\\_virginia\\_faria.pdf](https://app.parlamento.pt/publicacoesonline/deputado-san_1935-1974/html/pdf/g/gersao_virginia_faria.pdf)

## ANEXO

**Tabela A1:** Intervenções da deputada Maria Cândida Parreira

| Legislatura             | Sessão             | Tema em Discussão                                                     |
|-------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Primeira<br>(1935-1938) | N.º 8, 7.2.1935    | Alterações à Constituição de 1933                                     |
|                         |                    | Alteração da Constituição sobre a orientação religiosa do ensino      |
|                         | N.º 41, 6.4.1935   | Regulamento sobre associações secretas                                |
|                         | N.º 63, 21.1.1936  | Homenagem ao falecido rei inglês Jorge V                              |
|                         | N.º 71, 7.2.1936   | Linhas gerais de uma reforma educativa                                |
|                         | N.º 106, 21.1.1937 | Criação das Casas dos Pescadores                                      |
|                         | N.º 111, 29.1.1937 | Contrato de prestação de serviços                                     |
|                         | N.º 113, 3.2.1937  | Leis do inquilinato                                                   |
|                         | N.º 125, 15.4.1937 | Cumprimentos a um grupo representante da colónia portuguesa do Brasil |
|                         | N.º 190, 28.4.1938 | Construção de palácios da Justiça e de edifícios prisionais           |

Fonte: Adão e Remédios, 2005: 107-108.

**Tabela A2:** Intervenções da deputada Domitila de Carvalho

| Legislatura           | Sessão              | Tema em Discussão                                                                                                                          |
|-----------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeira<br>(1935-38) | N.º 14, 21.2.1935   | Apresentação de um projeto sobre a introdução do ensino da Higiene Geral e Puericultura, nos liceus femininos e outras escolas secundárias |
|                       | N.º 35, 29.3.1935   | Reforma do ensino secundário                                                                                                               |
|                       | N.º 36, 30.3.1935   | Introdução da disciplina de Higiene Geral e Puericultura no ensino secundário feminino                                                     |
|                       | N.º 38, 3.4.1935    | Construção de um monumento a Sidónio Pais                                                                                                  |
|                       | N.º 59, 13.1.1936   | Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno                                                                                                  |
|                       | N.º 72, 10.2.1936   | Linhas gerais de uma reforma educativa                                                                                                     |
|                       | N.º 105, 20.1.1937  | Criação das Casas dos Pescadores                                                                                                           |
|                       | N.º 107, 22.1.1937  | Criação das Casas dos Pescadores                                                                                                           |
|                       | N.º 180, 5.4.1938   | Reforma do ensino primário                                                                                                                 |
| Segunda<br>(1939-42)  | N.º 189, 27.4.1938  | Construção de palácios da Justiça e de edifícios prisionais                                                                                |
|                       | N.º 91, 24.1.1941   | Recrutamento extraordinário de professores do ensino primário                                                                              |
|                       | N.º 100, 25.11.1941 | Revisão do valor das propinas no ensino superior                                                                                           |

Fonte: Adão e Remédios, 2005: 107-108.

**Tabela A3:** Intervenções da Deputada Maria Batista Guardiola

| Legislatura           | Sessão             | Tema em Discussão                                                                                                           |
|-----------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeira<br>(1935-38) | N.º 5, 22.1.1935   | Apresentação de um projeto de lei para alteração da Constituição (§ 3.º, art.º 43.º) sobre a orientação religiosa do ensino |
|                       | N.º 29, 20.3.1935  | Criação do ensino primário rural                                                                                            |
|                       | N.º 34, 28.3.1935  | Reforma do ensino secundário                                                                                                |
|                       | N.º 35, 29.3.1935  | Reforma do ensino secundário                                                                                                |
|                       | N.º 36, 30.3.1935  | Introdução da disciplina de Higiene Geral e Puericultura no ensino secundário feminino                                      |
|                       | N.º 41, 6.4.1935   | Alteração da Constituição sobre a orientação religiosa do ensino                                                            |
|                       |                    | Regulamento sobre associações secretas                                                                                      |
|                       | N.º 70, 6.2.1936   | Linhas gerais de uma reforma educativa                                                                                      |
|                       | N.º 173, 23.3.1938 | Reforma do ensino primário                                                                                                  |
|                       | N.º 180, 5.4.1938  | Reforma do ensino primário                                                                                                  |
| Terceira<br>(1942-45) | N.º 36, 7.4.1943   | Discussão das Contas Gerais do Estado, 1941                                                                                 |

Fonte: Adão e Remédios, 2005: 107-109.